

Exame das contas do Esporte Clube Bahia do segundo trimestre - Abril a Junho/2026

Outubro/2026

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

Sumário

1. Introdução....3
2. Riscos e limitações....3
3. Obediência às Escriturações Contábeis....3
4. Demonstrações Contábeis....4
5. Extratos e Contas Bancárias....5
6. Análise das Receitas....6
7. Folha de Pagamento....8
8. Encargos Sociais....8
9. SST – Saúde e Segurança do Trabalho....8
10. Fluxo Financeiro....8
11. Situação Fiscal....9
12. Execução Orçamentária....10
13. Contratos....15
14. Passivo Judicial....15
15. Conclusão....16
16. Recomendações e Alertas....16

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

1. Introdução

Nos meses de novembro e dezembro, o Conselho Fiscal realizou a análise das demonstrações contábeis, incluindo balancetes, balanço patrimonial, Demonstrativos de Resultado do Exercício (DRE) e fluxos de caixa, bem como do orçamento por meio do Demonstrativo de Resultado Orçado (DRO). Foram examinados contratos celebrados e encerrados no período — abrangendo licenciamento, parcerias, patrocínios, prestação de serviços, contratos de trabalho e obrigações acessórias trabalhistas, previdenciárias e tributárias — além de documentos contábeis como extratos bancários, folha de pagamento e encargos. Adicionalmente, foram solicitadas informações e esclarecimentos à Diretoria Executiva, por meio de contatos por telefone, reuniões presenciais, e-mails e mensagens via WhatsApp.

2. Riscos e limitações

Os trabalhos estiveram submetidos ao risco de detecção, característico de exames de documentos e registros informatizados, e foram limitados à documentação disponibilizada e às informações prestadas pela DE, assim como ao cumprimento de prazo por aquela Diretoria.

3. Obediência às Escriturações Contábeis

As escriturações contábeis do Esporte Clube Bahia - Associação, referentes ao segundo trimestre de 2026, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Especificamente, foram consideradas a NBC TG 47 (Receita de Contrato com Cliente), a NBC ITG 2003 (Entidades Desportivas) e a NBC OTG 2003 (Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis Não Históricas), observando-se os critérios aplicáveis à mensuração, reconhecimento e evidenciação dos eventos e transações econômico-financeiras do período.

A gestão financeira e a transparência na prestação de contas representam pilares fundamentais para a governança corporativa da Associação, sendo essenciais para a manutenção da confiança de seus stakeholders, incluindo sócios, conselheiros,

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

patrocinadores e a comunidade em geral. A análise das demonstrações contábeis permite uma avaliação criteriosa da saúde financeira, do desempenho operacional e da capacidade de geração de valor da entidade, fornecendo subsídios para a tomada de decisões estratégicas.

A integridade dos registros contábeis constitui pressuposto para a fidedignidade das informações financeiras apresentadas. Os procedimentos de análise aplicados sobre as contas do período de abril a junho de 2026 buscaram verificar a consistência e a razoabilidade dos saldos, bem como a conformidade das políticas contábeis adotadas, refletindo o compromisso da gestão com a transparência e a precisão das informações divulgadas.

4. Demonstrações Contábeis

A análise patrimonial evidencia a composição dos ativos, passivos e do patrimônio líquido da Associação em 30 de junho de 2026. O Ativo Total encerrou o período em R$ 75,583 milhões, sendo R$ 6,226 milhões classificados no Ativo Circulante e R$ 69,357 milhões no Ativo Não Circulante. O Ativo Circulante é composto, principalmente, por Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante de R$ 3,841 milhões, e por Contas a Receber, no valor de R$ 2,385 milhões. No Ativo Não Circulante, destacam-se R$ 66,318 milhões registrados no Imobilizado e R$ 3,039 milhões em Investimentos, demonstrando que a maior parcela dos recursos da entidade permanece concentrada em ativos de natureza permanente.

O Passivo Circulante encerrou junho de 2026 em R$ 2,758 milhões, sendo composto principalmente por Receitas/Convênios a Apropriar, no montante de R$ 1,613 milhão, Obrigações Sociais, Trabalhistas e Fiscais de R$ 659 mil, Fornecedores de R$ 361 mil e Adiantamentos de R$ 125 mil. O Passivo Não Circulante totalizou R$ 1,766 milhão, destacando-se as Contingências, no valor de R$ 1,666 milhão, além de R$ 100 mil referentes a empréstimos e financiamentos. O Patrimônio Líquido encerrou o período em R$ 71,059 milhões, contemplando Fundo Patrimonial negativo de R$ 14,898 milhões, Ajuste de Avaliação Patrimonial de R$ 85,618 milhões e superávit acumulado do exercício de R$ 339 mil.

Comparativamente ao encerramento do primeiro trimestre de 2026, observa-se redução do Ativo Total, que passou de R$ 76,995 milhões em março para R$ 75,583 milhões em junho, acompanhada pela redução das disponibilidades, de

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

aproximadamente R$ 4,753 milhões para R$ 3,841 milhões. Apesar da redução dos recursos disponíveis, a Associação manteve posição financeira de curto prazo favorável, uma vez que o Ativo Circulante de R$ 6,226 milhões permanece superior ao Passivo Circulante de R$ 2,758 milhões, evidenciando capacidade de cobertura das obrigações correntes.

A Demonstração do Resultado evidencia que, no período de abril a junho de 2026, a Associação apresentou receita líquida das atividades de aproximadamente R$ 2,633 milhões, sendo R$ 411 mil em abril, R$ 1,774 milhão em maio e R$ 448 mil em junho. Os custos das atividades totalizaram aproximadamente R$ 1,262 milhão no trimestre, resultando em superávit bruto aproximado de R$ 1,372 milhão. Observa-se, contudo, elevada oscilação mensal, com déficit bruto de R$ 338 mil em abril, superávit de R$ 1,514 milhão em maio e superávit de R$ 196 mil em junho.

As despesas gerais e administrativas do trimestre totalizaram aproximadamente R$ 858 mil, enquanto os gastos com serviços alcançaram R$ 140 mil. As despesas tributárias, depreciação e amortização e baixas de saldos irrecuperáveis representaram, conjuntamente, aproximadamente R$ 94 mil. Como consequência, o resultado operacional antes do resultado financeiro foi negativo em R$ 451 mil em abril, positivo em R$ 908 mil em maio e novamente negativo em R$ 174 mil em junho.

Após a consideração das receitas e despesas financeiras, o segundo trimestre apresentou superávit aproximado de R$ 276 mil. Individualmente, abril registrou déficit de R$ 437.956,15, maio apresentou superávit de R$ 880.322,32 e junho encerrou com déficit de R$ 166.553,46. Ao final do primeiro semestre de 2026, a Associação acumulou superávit de aproximadamente R$ 339 mil.

Embora o resultado acumulado permaneça positivo, observa-se relevante concentração do desempenho no mês de maio, que compensou os déficits registrados em abril e junho. Recomenda-se, portanto, a continuidade do acompanhamento da execução orçamentária e da composição das receitas e despesas, especialmente quanto à recorrência das fontes de arrecadação e ao comportamento das despesas operacionais.

5. Extratos e Contas Bancárias

No âmbito dos procedimentos de análise realizados, foram consideradas as

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

movimentações financeiras apresentadas pela Associação, abrangendo os recebimentos, pagamentos e a evolução das disponibilidades durante o segundo trimestre de 2026.

O fluxo financeiro demonstra que os recebimentos totalizaram aproximadamente R$ 1,429 milhão entre abril e junho, sendo R$ 683,9 mil em abril, R$ 327,9 mil em maio e R$ 417,5 mil em junho. No mesmo período, os pagamentos alcançaram aproximadamente R$ 2,341 milhões, distribuídos em R$ 696,8 mil em abril, R$ 964,3 mil em maio e R$ 680,3 mil em junho. Como consequência, verificou-se redução das disponibilidades ao longo do trimestre. Fluxo Financeiro 06.2026

O saldo disponível, que ao final de março correspondia a aproximadamente R$ 4,753 milhões, passou para R$ 4,740 milhões em abril, R$ 4,104 milhões em maio e encerrou junho em R$ 3,841 milhões. A redução de aproximadamente R$ 912 mil no trimestre decorre do volume de pagamentos superior aos recebimentos realizados no período. Fluxo Financeiro 06.2026.

Observa-se, portanto, que, apesar do superávit contábil registrado no segundo trimestre, houve redução das disponibilidades financeiras, situação que reforça a importância do acompanhamento conjunto dos regimes de competência e caixa. Recomenda-se a manutenção do monitoramento das disponibilidades e dos compromissos financeiros, visando preservar a capacidade de pagamento da Associação e assegurar adequada compatibilidade entre os ingressos e desembolsos futuros.

6. Análise das Receitas

A presente análise das receitas abrange os meses de abril, maio e junho de 2026, com fundamento nos valores registrados nos balancetes mensais da Associação. A avaliação concentra-se na evolução mensal, na composição e na representatividade das fontes de arrecadação, seguindo a mesma metodologia aplicada no primeiro trimestre. O modelo anterior igualmente adota análise mensal das receitas, seguida da consolidação trimestral e avaliação de sua composição.

Em abril de 2026, as receitas registradas nos principais grupos totalizaram aproximadamente R$ 461,3 mil, compostas por R$ 82,630 mil provenientes do programa Sócio Esquadrão, R$ 328,591 mil de Demais Receitas Operacionais e aproximadamente R$ 50,068 mil de Receitas Financeiras. As deduções da receita

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

totalizaram aproximadamente R$ 6,667 mil. As Demais Receitas Operacionais permaneceram como principal fonte de arrecadação do mês, mantendo a característica observada no primeiro trimestre.

No mês de maio, houve expressivo crescimento das receitas. O programa Sócio Esquadrão contribuiu com R$ 81,178 mil, enquanto as Demais Receitas Operacionais alcançaram R$ 1,692 milhão e as Receitas Financeiras somaram aproximadamente R$ 46,793 mil. As deduções registradas no período totalizaram aproximadamente R$ 43,058 mil. O crescimento verificado no mês esteve, portanto, fortemente concentrado nas Demais Receitas Operacionais, responsáveis pela maior parcela da elevação da arrecadação.

Em junho, o programa Sócio Esquadrão registrou receitas de R$ 79,902 mil, enquanto as Demais Receitas Operacionais totalizaram aproximadamente R$ 368,893 mil e as Receitas Financeiras alcançaram aproximadamente R$ 46,086 mil. As deduções da receita bruta registradas no mês totalizaram aproximadamente R$ 5,941 mil. O comportamento de junho demonstra retorno da arrecadação a patamar significativamente inferior ao observado em maio.

No consolidado do segundo trimestre, o programa Sócio Esquadrão totalizou aproximadamente R$ 243,710 mil, enquanto as Demais Receitas Operacionais somaram aproximadamente R$ 2,390 milhões. As Receitas Financeiras alcançaram aproximadamente R$ 142,947 mil. Dessa forma, permanece elevada a concentração das receitas nas Demais Receitas Operacionais, situação semelhante à identificada no primeiro trimestre, porém intensificada pelo expressivo reconhecimento registrado no mês de maio.

A análise demonstra que as receitas apresentaram comportamento significativamente irregular ao longo do segundo trimestre. Enquanto abril e junho mantiveram patamares relativamente próximos, maio apresentou elevação substancial, especialmente nas Demais Receitas Operacionais. Recomenda-se o acompanhamento detalhado da composição desse grupo, em especial dos valores reconhecidos em maio, diante de sua elevada representatividade no resultado trimestral. Da mesma forma, permanece recomendável o fortalecimento das receitas recorrentes, especialmente aquelas provenientes do programa Sócio Esquadrão, visando reduzir a dependência de fontes de arrecadação potencialmente pontuais ou variáveis.

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

7. Folha de Pagamento

A análise das folhas de pagamento de empregados, prestadores de serviços e dirigentes da DE mostrou que os lançamentos seguem a legislação, contratos e normas coletivas. Os cálculos de salários e descontos foram feitos conforme a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

8. Encargos Sociais

A análise dos encargos sociais devidos pelo Clube, referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), PIS sobre a folha, Imposto Sobre Serviços (ISS) incidente sobre Recibos de Pagamento a Autônomos (RPA) e dirigentes da DE, bem como à contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), incluindo retenções previdenciárias dos empregados, Contribuição Previdenciária Patronal (CPP), alíquotas destinadas a terceiros, percentuais do Risco de Acidente de Trabalho (RAT) e do Fator Acidentário Previdenciário (FAP), demonstrou que todas as obrigações acessórias foram declaradas em conformidade com a legislação vigente.

9. SST – Saúde e Segurança do Trabalho

A análise do cumprimento das obrigações relacionadas à Saúde e Segurança do Trabalho (SST) indicou que o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) encontra-se atualizado e que os eventos de SST foram devidamente enviados ao eSocial (Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais) no trimestre analisado. Conclui-se, portanto, que o ECB está em conformidade com as normas vigentes de SST.

10. Fluxo Financeiro

No trimestre analisado, o fluxo financeiro registrou receitas provenientes dos repasses do contrato com o Bahia SAF, contribuições associativas, patrocínios e eventos esportivos. As despesas incluíram folha de pagamento, encargos sociais, serviços de terceiros, pagamentos administrativos, taxas bancárias e custos operacionais, totalizando R$ 1.429.250,37 mil. O resultado operacional líquido acumulado até o referido trimestre foi de R$ 1.153.492,60 mil, sem identificação de

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

distorções relevantes. Observou-se equilíbrio entre receitas e despesas, com variações mensais compatíveis com a dinâmica do clube. Ressalta-se o avanço na redução da dependência do repasse semestral da SAF e das contribuições associativas, evidenciando a importância da diversificação das fontes de receita para maior estabilidade de caixa.

11. Situação Fiscal

A análise das demonstrações contábeis e dos relatórios complementares indica um cenário fiscal que requer atenção contínua e gestão ativa. Os parcelamentos tributários vigentes encontram-se adimplentes, o que demonstra controle sobre passivos já negociados e contribui para a previsibilidade do fluxo financeiro. Essa regularidade é um ponto positivo, pois reduz riscos imediatos de execução fiscal.

Observa-se um fator crítico: a inscrição recente de processos em Dívida com diversos entes tributários. Esses eventos representam um aumento substancial do risco fiscal, pois abre margem para execuções fiscais e medidas de constrição patrimonial, como bloqueios e penhoras. Essa situação exige resposta imediata da gestão, incluindo a apuração das causas das inscrições e a elaboração de um plano de ação para sua regularização, garantindo a mitigação de riscos e a manutenção do compliance tributário.

Cabe destacar que tais questões já foram objeto de apontamento em relatórios anteriores do Conselho Fiscal e estão sob ciência da Diretoria Executiva e da EC Bahia SAF, que vêm realizando pagamentos regulares dos débitos existentes. Contudo, diante do agravamento recente com novas inscrições, torna-se imprescindível intensificar as medidas corretivas e preventivas.

Cabe destacar que tal situação já era de conhecimento deste Conselho Fiscal e foi objeto de apontamento em relatórios anteriores, estando também sob ciência da Diretoria Executiva e do EC Bahia SAF, que têm realizado regularmente os pagamentos dos débitos em questão.

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

12. Execução Orçamentária

A presente análise da Demonstração de Resultado Orçamentário (DRO) abrange o período de abril a junho de 2026 (segundo trimestre), com referência ao acumulado do primeiro semestre, e tem como fundamento a avaliação da aderência da execução orçamentária em relação aos valores previamente aprovados, conforme prerrogativa estatutária deste Conselho Fiscal. A avaliação visa aferir a conformidade da gestão na aplicação dos recursos e identificar desvios relevantes que possam impactar a estabilidade econômico-financeira da entidade.

O CF constatou que o Clube apresentou, no trimestre, desempenho de receitas superior ao orçamento aprovado, com Receitas das Atividades de R$ 2,634 milhões frente a R$ 2,372 milhões orçados, o que representa variação positiva de R$ 262 mil e execução de 111,0% do previsto, impulsionada principalmente pelas Demais Receitas, com destaque para Promoções e Eventos e Patrocínio, embora o Programa Associativo tenha apresentado realização inferior ao previsto.

A arrecadação mostrou-se fortemente concentrada no mês de maio, que registrou R$ 1,774 milhão realizado contra R$ 1,625 milhão orçado, enquanto abril (R$ 411 mil contra R$ 375 mil) e junho (R$ 449 mil contra R$ 372 mil) mantiveram patamares próximos aos dos meses anteriores.

O Programa Associativo (Mensalidades de Sócios), rubrica de alta relevância estratégica, apresentou arrecadação realizada de R$ 244 mil frente a um orçamento de R$ 249 mil (97,7%), com realização inferior ao orçado em todos os meses do trimestre e tendência de leve redução mensal (R$ 82,6 mil em abril, R$ 81,2 mil em maio e R$ 79,9 mil em junho).

Este desvio negativo, ainda que de pequena magnitude, reforça a necessidade de reavaliação das estratégias de captação e retenção de associados.

Em contrapartida, o conjunto das demais receitas superou as expectativas, atingindo R$ 2,390 milhões contra um valor orçado de R$ 2,122 milhões (112,6%). Destacam-se Promoções e Eventos (R$ 1,366 milhão realizado em maio contra R$ 1,251 milhão orçado, ou 109,2%), Patrocínio (R$ 238 mil contra R$ 55 mil, ou 432,7%), Outras Receitas (R$ 778 mil contra R$ 708 mil, ou 109,8%) e Licenciamentos (R$ 8 mil, sem previsão no trimestre).

Em sentido oposto, a Receita Vinculada, orçada em R$ 36 mil mensais (R$ 108 mil no trimestre), não apresentou qualquer realização, situação que se repete

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

desde fevereiro.

A Receita Líquida realizada totalizou R$ 2,633 milhões, enquanto o valor orçado era de R$ 2,372 milhões, representando variação positiva de R$ 261 mil e execução correspondente a 111,0% do previsto, tendo em vista que as deduções da receita (devoluções e cancelamentos) foram pouco expressivas, somando R$ 629 em junho. No acumulado do semestre, a Receita Líquida alcançou R$ 3,921 milhões contra R$ 3,497 milhões orçados (112,1%).

Do ponto de vista das despesas, observa-se aderência no total, porém com acentuada falta de aderência na distribuição entre rubricas e entre os meses do trimestre.

O total das despesas operacionais realizadas atingiu R$ 2,350 milhões, frente a um orçamento de R$ 2,273 milhões, representando execução de 103,4% do previsto.

A análise mensal, entretanto, revela forte descompasso temporal: em abril, as despesas alcançaram R$ 863 mil contra R$ 425 mil orçados (202,9%); em maio, R$ 866 mil contra R$ 1,428 milhão orçado (60,6%); e, em junho, R$ 622 mil contra R$ 420 mil orçados (148,2%).

O orçamento concentrou em maio as despesas relacionadas ao evento previsto para o mês, ao passo que sua realização foi distribuída entre abril, maio e junho e classificada em rubricas distintas daquelas orçadas.

Esse desvio foi concentrado principalmente nas Despesas Gerais, que alcançaram R$ 901 mil contra R$ 180 mil orçados (499,4% do orçamento), tornando-se o principal fator de pressão sobre o resultado e elevando sua participação de 7,6% para 34,2% da Receita Líquida.

O excesso decorreu, sobretudo, das contas Recreativas, Sociais e Eventos (R$ 480 mil, dos quais R$ 479 mil em maio) e Ações Promocionais (R$ 266 mil em junho), além de Comunicação (R$ 17,5 mil), Arrendamento (R$ 16,8 mil), Perdas no Recebimento de Créditos (R$ 22,7 mil) e despesas de viagem (Passagens e Hospedagens, R$ 19 mil em junho).

Em sentido inverso, as Despesas com Atividades Desportivas somaram R$ 617 mil contra R$ 1,208 milhão orçado (51,0%), sendo R$ 480 mil referentes a Eventos Desportivos reconhecidos em abril, além de Comissão Técnica (R$ 109 mil) e Taxas de Federação (R$ 28 mil). Considerando conjuntamente as Atividades

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

Desportivas e as Despesas Gerais, rubricas entre as quais se distribuíram os gastos com eventos, o realizado foi de R$ 1,517 milhão contra R$ 1,388 milhão orçado (109,3%).

As Despesas de Pessoal (R$ 680 mil orçado contra R$ 624 mil realizado, ou 91,8%) permaneceram abaixo do orçamento, reduzindo sua participação de 28,7% para 23,7% da Receita Líquida, com tendência de queda ao longo do trimestre (R$ 223 mil em abril, R$ 211 mil em maio e R$ 190 mil em junho).

As Despesas com Serviços de Terceiros (R$ 94 mil orçado contra R$ 139 mil realizado, ou 148,5%) superaram o previsto, em razão principalmente de Serviços de Segurança (R$ 21,5 mil) e Serviços Médicos (R$ 5,7 mil), ambos registrados apenas em maio, além de Serviços de Informática (R$ 43,2 mil), Serviços Jurídicos (R$ 30,9 mil, dos quais R$ 16,0 mil em maio) e Serviços de Marketing (R$ 18,4 mil).

A Depreciação e Amortização foi de R$ 59 mil contra R$ 47 mil orçados (123,8%), as Despesas com Tributos somaram R$ 11 mil contra R$ 10 mil orçados (111,0%) e a Provisão para Contingências, orçada em R$ 54 mil no trimestre, não foi constituída.

De forma geral, a análise evidencia que o crescimento das despesas esteve fortemente associado ao evento realizado em maio, cujas receitas (Promoções e Eventos, R$ 1,366 milhão) e despesas foram reconhecidas em meses e rubricas diferentes, o que dificulta a avaliação do seu resultado efetivo e reduz a previsibilidade orçamentária. Por outro lado, as Despesas de Pessoal mantiveram-se abaixo do orçamento, contribuindo para o equilíbrio da estrutura de custos recorrentes.

O Resultado Financeiro foi negativo em R$ 7 mil, frente a um resultado positivo orçado de R$ 58 mil. Embora os Rendimentos de Aplicações Financeiras tenham somado R$ 141 mil, o resultado foi impactado pelos Juros sobre Parcelamentos Tributários (R$ 86 mil no trimestre e R$ 156 mil no semestre), pelo IR sobre Aplicações Financeiras (R$ 45 mil, dos quais R$ 39,5 mil em maio, valor atípico em relação aos demais meses) e pelas Taxas Bancárias – Sócio (R$ 10 mil).

O CF reitera que os encargos dos parcelamentos tributários constituem despesa recorrente e conhecida, diretamente relacionada à situação fiscal tratada no item 11 deste parecer, devendo constar adequadamente do orçamento.

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

O CF registra, ainda, que a DRO assinada do semestre apresenta o mesmo total de despesas orçadas, porém com distribuição diferente entre as rubricas (por exemplo, no segundo trimestre, Despesas de Pessoal de R$ 615 mil, Atividades Desportivas de R$ 844 mil e Despesas Gerais de R$ 614 mil), e apresenta as Despesas com Tributos fora das despesas operacionais.

O CF recomenda recompor a previsibilidade das receitas recorrentes, com especial atenção ao Programa Associativo, que apresentou realização abaixo do orçamento em todos os meses do trimestre. O fortalecimento dessa base, por meio de estratégias de retenção, recuperação de adimplência e ampliação da base de associados, tende a reduzir a dependência de receitas extraordinárias e aumentar a estabilidade financeira no médio e longo prazo. Recomenda-se, também, que a Diretoria Executiva esclareça as razões da ausência de realização da Receita Vinculada desde fevereiro e, se for o caso, promova a revisão dessa previsão orçamentária.

Em paralelo, torna-se fundamental qualificar a gestão das Demais Receitas, distinguindo claramente aquelas de natureza recorrente das de caráter pontual, como as receitas de Promoções e Eventos de maio.

Embora tenham sido decisivas para o resultado do trimestre, essas receitas não devem ser integralmente consideradas como base permanente de financiamento, sendo recomendável utilizá-las prioritariamente para investimentos estruturantes, recomposição de reservas ou amortização de riscos patrimoniais, e não para despesas fixas.

Recomenda-se, ainda, que a Diretoria Executiva apresente a este Conselho a prestação de contas consolidada do evento, com a totalidade de suas receitas e despesas, de modo a permitir a aferição do seu resultado efetivo.

No campo das despesas, a principal recomendação refere-se ao controle e ao planejamento das despesas com eventos, que concentraram o maior desvio orçamentário do trimestre.

É recomendável que essas despesas sejam orçadas e contabilizadas em rubricas e competências compatíveis com a sua efetiva realização, com definição de limites, análise de retorno financeiro e maior aderência ao orçamento aprovado, de forma a reduzir a volatilidade e os riscos de desequilíbrio em cenários de receita menos favorável.

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

Quanto às despesas de pessoal, observou-se realização abaixo do orçamento e redução de participação relativa sobre a Receita Líquida. Ainda assim, recomenda-se manter políticas de controle e monitoramento contínuo, assegurando que o crescimento futuro esteja sempre vinculado à evolução sustentável das receitas recorrentes.

No segundo trimestre de 2026, o Esporte Clube Bahia apresentou superávit operacional de R$ 283 mil, contra R$ 99 mil orçados. Somado ao Resultado Financeiro negativo de R$ 7 mil, o Resultado do Exercício no trimestre foi superávit de R$ 276 mil, contra superávit orçado de R$ 156 mil, representando variação positiva de R$ 120 mil. O resultado, contudo, foi integralmente dependente do mês de maio, que registrou superávit de R$ 880 mil (orçado R$ 224 mil), enquanto abril apresentou déficit de R$ 438 mil (orçado déficit de R$ 23 mil) e junho déficit de R$ 167 mil (orçado déficit de R$ 45 mil).

No acumulado do primeiro semestre de 2026, o Resultado do Exercício foi superávit de R$ 339 mil, contra superávit orçado de R$ 127 mil, com superávit operacional de R$ 287 mil (orçado déficit de R$ 11 mil) e Resultado Financeiro de R$ 52 mil (orçado R$ 138 mil). O resultado é convergente com o superávit acumulado apresentado na Demonstração do Resultado (item 4 deste parecer) e, diferentemente do exercício de 2025, não foi afetado por equivalência patrimonial, decorrendo integralmente das atividades do Clube no período.

O Conselho Fiscal, após análise da Demonstração do Resultado Orçado (DRO) do segundo trimestre do exercício, verificou a relação entre o total das despesas realizadas e o total das despesas orçadas, conforme quadro a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ORÇADA – 2º TRIMESTRE DE 2026
(Valores em Reais)

	ABRIL	Abril	MAIO	Maio	JUNHO	Junho	2º TRIM.	2º Trim.	Exec.
(Valores em Reais)	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	%
Receitas das Atividades	375.371	411.221	1.624.611	1.773.505	371.851	448.795	2.371.833	2.633.521	111,0%
(=) Receita Líquida	375.371	411.221	1.624.611	1.773.505	371.851	448.166	2.371.833	2.632.892	111,0%
(-) Despesas de Pessoal	- 226.557	- 222.731	- 226.557	- 211.088	- 226.557	- 190.268	- 679.671	- 624.087	91,8%
(-) Atividades Desportivas	- 61.000	- 525.041	- 1.086.000	- 48.395	- 61.000	- 43.153	- 1.208.000	- 616.589	51,0%
(-) Serviços de Terceiros	- 39.008	- 41.597	- 22.341	- 66.862	- 32.341	- 30.628	- 93.690	- 139.087	148,5%
(-) Despesas Gerais	- 61.457	- 50.092	- 55.957	- 516.082	- 62.957	- 334.574	- 180.371	- 900.748	499,4%
(-) Depreciação e Amortização	- 15.777	- 19.529	- 15.777	- 19.529	- 15.777	- 19.529	- 47.331	- 58.587	123,8%
(-) Provisão para Contingências	- 18.000	-	- 18.000	-	- 18.000	-	- 54.000	-	0,0%
(-) Despesas com Tributos	- 3.380	- 3.570	- 3.380	- 3.560	- 3.380	- 4.126	- 10.140	- 11.256	111,0%
Total de Despesas	- 425.180	- 862.560	- 1.428.013	- 865.517	- 420.013	- 622.278	- 2.273.206	- 2.350.355	103,4%
(=) Superávit (Déficit) Operacional	- 49.808	- 451.339	196.598	907.988	- 48.162	- 174.112	98.628	282.537	–
(+/-) Resultado Financeiro	26.763	13.382	27.393	- 27.666	3.451	7.559	57.607	- 6.725	–
Resultado do Exercício	- 23.045	- 437.956	223.991	880.322	- 44.710	- 166.553	156.236	275.813	–

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

A referida análise evidenciou que, no término do segundo trimestre, o montante das despesas operacionais realizadas no trimestre (R$ 2,350 milhões) apresentou variação de 3,4% em relação ao valor originalmente orçado (R$ 2,273 milhões) e que, no acumulado do semestre, as despesas realizadas (R$ 3,634 milhões) superaram as orçadas (R$ 3,508 milhões) em 3,6%, permanecendo, em ambos os casos, inferiores ao limite de 20% previsto no artigo 87 do Estatuto do Esporte Clube Bahia. Dessa forma, não se configurou a distorção que exigiria o encaminhamento de comunicação formal da Diretoria Executiva a este Conselho Fiscal.

Não obstante, considerando que as despesas realizadas em abril e junho superaram o orçamento mensal em 102,9% e 48,2%, respectivamente, e que as Despesas Gerais atingiram 499,4% do valor orçado no trimestre, o CF recomenda que a Diretoria Executiva apresente nota explicativa sobre esses desvios e manterá o monitoramento da execução orçamentária no trimestre subsequente, podendo emitir novas recomendações, caso entenda necessário.

13. Contratos

Foi realizada uma análise detalhada dos instrumentos contratuais da associação, constatando-se que, em sua maioria, os contratos relevantes estão devidamente formalizados e assinados pelas partes competentes, em conformidade com as práticas de boa governança.

14. Passivo Judicial

Os documentos ou relatórios específicos a respeito dos processos judiciais em andamento ou dos passivos contingentes não integram os demonstrativos analisados para esta seção. Dessa forma, não é possível emitir conclusão individualizada acerca da composição, probabilidade de perda ou suficiência das provisões relacionadas aos processos judiciais apenas com base na documentação contábil apresentada.

Contudo, o Balanço Patrimonial de 30 de junho de 2026 apresenta saldo de R$ 1,666 milhão registrado em Contingências, montante inferior aos R$ 1,817 milhão apresentados em abril e aos R$ 1,742 milhão registrados em maio.

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

15. Conclusão

Em cumprimento ao inciso I do artigo 30 do Estatuto do Esporte Clube Bahia, o Conselho Fiscal analisou os demonstrativos contábeis, a execução orçamentária, o fluxo financeiro edemais documentos disponibilizados pela Diretoria Executiva referentes ao 2º trimestre de 2026. Após a avaliação, o Conselho atesta que o ECB manteve a integridade contábil, evidenciando compromisso com a transparência e a conformidade legal em suas práticas financeiras.

16. Recomendações e Alertas

O CF recomenda que o Clube:

1. **Situação Fiscal:** Recomenda-se que a gestão executiva apresente a este conselho um plano de ação detalhado para resolução da situação fiscal que impede a emissão da certidão federal negativa de débitos tributários junto à União Federal.

Salvador, 14 de outubro de 2026.

Márcio Vilaça Paiva
Conselheiro Fiscal – Presidente e Relator

Bruno Tito Pereira
Conselheiro Fiscal – Secretário e Sub Relator

Alison Luís Santana Silva
Conselheiro Fiscal

Douglas Silva Carvalho
Conselheiro Fiscal – Licenciado

#9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

Comprovante de Assinatura Eletrônica

contraktor

Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinatura gerado em 24/10/2026 às 11:40:04 (GMT -3:00)

EXAME DAS CONTAS - SEGUNDO TRIMESTRE - 2026 - EC BAHIA

ID única do documento: #9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020

Hash do documento original (SHA256): 4d888e947a313c8784007a06cfc6752411b13437073f3398c178e69fb01b366f

Este Log é exclusivo ao documento número #9a173343-0124-4d23-a829-de192122a020 e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

Assinaturas (3)

- Alison Luís Santana Silva (Participante)
  Assinou em 24/10/2026 às 11:42:37 (GMT -3:00)
- Bruno Tito Pereira (Participante)
  Assinou em 24/10/2026 às 11:40:43 (GMT -3:00)
- Marcio Vilaça Paiva (Participante)
  Assinou em 24/10/2026 às 12:27:47 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora	Evento
24/10/2026 às 11:40:04 (GMT -3:00)	Bruno Tito solicitou as assinaturas.
24/10/2026 às 11:40:43 (GMT -3:00)	Bruno Tito Pereira (Autenticação: e-mail btpcontabilidade@gmail.com; IP: 177.136.2.195) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

Data e hora	Evento
24/10/2026 às 11:42:37 (GMT -3:00)	Alison Luís Santana Silva (Autenticação: e-mail alison@contabilidadeimpacto.com.br; IP: 177.82.206.101) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.
24/10/2026 às 12:27:47 (GMT -3:00)	Marcio Vilaça Paiva (Autenticação: e-mail mpaiva2102@gmail.com; IP: 177.193.215.32) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em https://verificador.contraktor.com.br. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.